

# "É uma menina!": a volta da performatividade à linguística\*

ANNA LIVIA  
KIRA HALL

Este artigo é parte de uma coletânea para a qual começamos a reunir artigos em março de 1994<sup>1</sup>, momento em que as preparações para o terceiro encontro da Berkeley Women and Language Conference<sup>2</sup> (BWLC) estavam em seu ápice. Em nossas próprias comunicações na conferência de 1994, estávamos, cada uma de nós e muitos dos demais participantes, tentando lidar com os desenvolvimentos recentes em teoria *queer* e sua relação inquieta, por vezes antagônica, com a teoria feminista. Durante as duas décadas anteriores, embora uma quantidade substancial de pesquisas sobre linguagem e gênero já tivessem sido elaboradas, poucos estudos haviam levado em consideração questões de sexualidade, ou orientação sexual, como critérios para análise, e a vasta maioria dos estudos pressupunha gênero como uma categoria não problemática, indicialmente ligada ao sexo do falante ou escritor.

\* Tradução: **Rodrigo Borba e Cristiane Maria Schnack**, a partir do texto original, "It's a Girl! Bringing Performativity Back to Linguistics", publicado inicialmente como capítulo introdutório do livro *Queerly Phrased: Language, Gender, and Sexuality* (p. 3-18), em 1997, organizado por Anna Livia e Kira Hall. Aparece aqui sob a permissão das próprias autoras e da Oxford University Press. Fica vedada a reprodução.

<sup>1</sup> Este artigo é o capítulo introdutório ao livro organizado por Anna Livia e Kira Hall intitulado *Queerly Phrased*, tido como marco dos estudos linguísticos a partir de uma perspectiva *queer* [n. dos tradutores].

<sup>2</sup> Evento acadêmico que deu origem à International Gender and Language Association – Igala (Associação Internacional de Linguagem e Gênero) [n. dos tradutores].

A pequena quantidade de pesquisas sobre linguagem e orientação sexual das décadas de 1960 e 1970 centrava suas análises no nível lexical. Durante esse período, um número de glossários e dicionários gays foram compilados, incluindo *A Lexicon of Gay Slang* (Cory e LeRoy, 1963), *The Lavander Lexicon: Dictionary of Gay Words and Phrases* (Strait et al., 1964), *The Queen's Vernacular* (Rodgers, 1972) e *The Argot of the Homosexual Subculture* (Farrel, 1972). Embora a maioria desses trabalhos privilegiasse o discurso de homens brancos gays nos Estados Unidos, alguns, como *Society of Women: A Study of a Woman's Prison* (Giallombardo, 1966), apresentavam a linguagem de lésbicas, e outros poucos trabalhos incluíam termos de outras línguas além da inglesa, como, por exemplo, o irônico *Gay Girls' Guide to the U.S and the Western World* (publicado inicialmente em 1949), que tem seções sobre francês, alemão e russo.

O escopo estreito de pesquisas linguísticas com foco na linguagem de gays e lésbicas aparece em contraste explícito com o crescente interesse acadêmico sobre a linguagem de homens e mulheres (heterossexuais) durante o mesmo período, um assunto que tem sido estudado em todos os níveis linguísticos, da fonologia e fonética à morfossintaxe, à semântica, ao léxico e ao discurso. As pesquisas nessa área têm discutido diferentes fenômenos linguísticos como silenciamento e verbosidade; escolha de assuntos e sua aceitação; acento, tom e padrões entonacionais; derrogação semântica; alternância de códigos; e padrões discursivos étnicos. Com a ausência de explicações claras sobre o porquê de o conceito de sexualidade não ter sido incluído como um critério analítico nesses estudos, pode-se supor que os falantes gays foram incluídos no grupo de informantes masculinos, ao passo que as lésbicas foram alocadas no grupo de mulheres. Tal classificação encontra-se baseada na pressuposição (velada) de que o compartilhamento de um gênero provê similaridades que prevalecem sobre a orientação sexual.

Um dos primeiros glossários da linguagem gay, *The Language of Homosexuality: An American Glossary* (Legman, 1941), com uma lista de 329 termos, foi publicado como um apêndice no livro *Sex Variants: A Study of Homosexual Patterns*, de George Henry. O glossário compilado por Legman inclui somente gírias de homens gays. A explicação do autor para o foco de seu trabalho é interessante: Legman afirma que a ausência de termos da linguagem de lésbicas em seu glossário não é resultado das limitações de seus métodos de coleta de dados (ele consultou outros dicionários, em vez de conduzir um trabalho de campo próprio), e sim “da tradição de comedimento cavalheiresco entre lésbicas” (Legman, 1941 apud Hayes, 1978:204). Esse argumento aparentemente simples nos apresenta uma

teoria popular complexa sobre as relações entre gênero, sexualidade e linguagem. Longe de afirmar que lésbicas falam como mulheres, Legman as categoriza entre os homens e, mais especificamente, entre os cavalheiros, um subgrupo de falantes homens comedidos (i.e. reticentes) cuja linguagem é marcada pela ausência de gírias de baixo calão. Se a falta de gírias de lésbicas indica que elas falam como cavalheiros, a abundância de gírias de homens gays (329 itens) deve indicar que a linguagem deles é semelhante à das mulheres – presumivelmente, mulheres de classes populares, e não “damas”<sup>3</sup>. Pode-se inferir que Legman aceitou a visão popular sobre a verborragia feminina, que tem sido há mais de vinte anos foco de pesquisas linguísticas que vêm tentando desqualificar a crença popular segundo a qual as mulheres falam mais que os homens. A associação entre a linguagem de lésbicas com a masculinidade de classes abastadas e entre a linguagem de gays com a feminilidade de classes populares está fortemente em conflito com os estudos feministas das décadas de 1970 e 1980, que, como mencionado, categorizavam lésbicas dentro do grupo de mulheres e prestavam pouca atenção a distinções de classe.

Ao comentar a dificuldade de obter cópias do glossário compilado por Legman, Charles Clay Doyle (1982) observa que a edição de 1941 de *Sex Variants* é quase inacessível. A edição de mais fácil acesso, de 1948, não inclui o apêndice com esse glossário. Doyle afirma que a obtenção da edição de 1941 tomou-lhe tempo e esforços consideráveis por meio de empréstimos entre bibliotecas. Seis instituições lhe recusaram o envio das cópias que possuíam. Doyle indica que essas recusas foram motivadas pelo fato de o livro conter em sua capa “inúmeras fotos de seres humanos nus, que têm o intuito de ilustrar vários tipos físicos de homossexuais” (Doyle, 1982:74-75). Uma advertência em tom sério, um tanto sugestivo, aparece na capa do livro: “O material neste livro foi preparado somente para o uso de profissionais da medicina e áreas afins”.

Talvez já tenhamos ultrapassado a época em que a linguagem gay podia somente ser estudada por detentores de diplomas de medicina e a simples inclusão de fotos de homossexuais nus era um motivo para a não circulação de um tra-

<sup>3</sup> A associação que Legman faz entre a fala de lésbicas com a masculinidade de classes abastadas vai de encontro a mapeamentos culturais recentes, como indicam Livia (1995), em sua discussão sobre as representações literárias da linguagem de lésbicas, e Queen (1997), em sua análise dessa representação em gibis. Livia demonstra que lésbicas masculinizadas em textos de ficção adotam vários aspectos linguísticos estereotipicamente associados às classes populares, ao passo que Queen mostra que as personagens lésbicas como *Hothead Paisan* fazem uso de variantes fonéticas não padrão associadas aos homens de classes populares.

balho<sup>4</sup>. Os glossários e dicionários foram seguidos por estudos sobre o discurso de gays e lésbicas (por exemplo, Hayes, 1976<sup>5</sup>); por pesquisas etnográficas sobre os aspectos definidores dos lugares sociais de gays e lésbicas (Ponte, 1974<sup>6</sup>); por investigações sobre o significado de fenômenos paralinguísticos como o olhar e a postura corporal (Webbink, 1981); e por estudos sobre a alternância de códigos entre gays (Lumby, 1976). O trabalho de Birch Moonwomon, intitulado *Toward the Study of Lesbian Speech* (1985), foi provavelmente o primeiro a lançar o foco de pesquisa sobre as percepções dos padrões discursivos específicos de lésbicas. Embora tenham surgido muitos pesquisadores nos anos de 1970 com destaque nessa área – Julia Penelope (Stanley) (1970), trabalhando com semântica e rituais de insulto; Joseph Hayes, que compilou uma bibliografia comentada de 22 páginas sobre “a linguagem e o comportamento linguístico de lésbicas e gays” (1978, 1979) – a área de estudos não se fortaleceu. A primeira coletânea de artigos sobre a linguagem de lésbicas e gays, *Gayspeak: Gay Male and Lesbian Communication*, foi publicada por Chesebro, em 1981, e versa sobre questões de retórica e comunicação e não propriamente de linguística. O livro *Queer Words, Queer Images: Communication and the Construction of Homosexuality*, publicado em 1994, também se dedica à comunicação e à retórica, assim como a imagens midiáticas de gays e lésbicas e ao processo de “sair do armário”. Foi somente quando William

<sup>4</sup> Mas infelizmente não por e-mail. Verifique, por exemplo, o recente debate no Congresso estadunidense e na imprensa sobre as palavras e as imagens que podem ser enviadas pela internet. Veja, por exemplo, “On-line Service Blocks Access to Topics Called Pornographic”, *New York Times*, 29 de dezembro de 1995 (A1, col. 1; C4, col. 4), que descreve o bloqueio global da empresa Compuserve ao acesso de mais de 200 grupos de discussão e fotos em consonância com uma nova lei alemã (para mencionar somente minhas – de Anna Livia – leituras durante um intervalo para o chá enquanto escrevo essa introdução). De acordo com a reportagem do *Times*, “algumas das áreas banidas da internet incluem grupos de discussão dedicados a temas como homossexualidade que não eram necessariamente pornográficos ou uma ameaça para crianças” (C4, col. 5-6).

<sup>5</sup> O artigo de Hayes (1976), *Gayspeak*, mostra que algumas das características do estilo verbal de homens gays são similares àquelas encontradas na “fala feminina” prototípica, estendendo-se o domínio de “linguística gay” do léxico para o discursivo. Seu artigo apresenta uma análise vívida de um parágrafo altamente engajado de *Data-Boy*, um tabloide quinzenal distribuído gratuitamente em bares gays de Los Angeles, no qual “as meninas” são descritas como “apenas subindo e descendo o bulevar ao som de seus sapatos com suas sombrinhas e casacos de chuva pungentes” (p. 260).

<sup>6</sup> Pode-se ficar feliz em imaginar que este pesquisador pelo menos obteve alguma satisfação com seu trabalho. Aqui está a anotação de Hayes sobre “Life in a Parking Lot”, de Ponte: “An ethnography of a homosexual drive-in”: “Um sociólogo heterossexual observa as atividades de socialização e restabelecimento de homens gays em um estacionamento de praia e áreas adjacentes na Califórnia. Notas de campo materializam a atividade não verbal (manobras e estacionamento do carro, contato visual, postura sexual, acendimento de cigarros) e as trocas verbais na área do estacionamento e do banheiro (durante o dia) e praia adjacente (noite) por 5 dias no início dos anos de 1970” (1979:303).

Leap (1995) começou a reunir artigos para sua coletânea, *Beyond the Lavander Lexicon*, que um livro dedicado especificamente a questões linguísticas propriamente ditas foi elaborado.

## TEORIA QUEER

Neste volume<sup>7</sup> está reunida uma série de artigos que abordam o estudo da linguagem com base nas perspectivas combinadas de gênero e sexualidade, considerados como categorias separadas, mas intrinsecamente ligadas. Na verdade, a separação entre sexualidade e gênero forma uma das pedras fundamentais da teoria *queer*, belamente ilustrada no *Axioma dois*, de Eve Kosofsky Sedgwick:

O estudo de sexualidade não é coextensivo ao estudo de gênero; de forma semelhante, a agenda anti-homofóbica não é coextensiva à agenda feminista (1990:27).

Se a separação entre sexualidade e gênero é um elemento chave da teoria *queer*, a separação de sexo e de gênero, ou de sexo biológico e de produção social de identidades femininas e masculinas, é um elemento chave do feminismo. Como Sedgwick observa, embora muitos estudos que tenham gênero como base analítica levem em consideração relações intragênero, seu apelo definicional "deve necessariamente focar a fronteira diacrítica entre gêneros diferentes" (1990:31); vem daí a tendência de privilegiar a análise de relações heterossexuais que teóricas lésbicas têm criticado dentro do feminismo<sup>8</sup>. Os argumentos de Sedgwick sobre as limitações das análises com base no conceito de gênero (e, portanto, embora de forma velada, dos limites do feminismo) são tão clara e belamente expressos que decidimos citá-los aqui:

O escopo analítico de um estudo que tem gênero em sua base será menos incisivo e direto à medida que seu sujeito surja de uma interface social entre gêneros. Não é realista esperar uma análise próxima e multifacetada de relações entre pessoas do mesmo sexo por meio de uma ótica calibrada, em primeiro lugar, pelas duras marcas da diferença de gênero (1990:32).

<sup>7</sup> Referência ao livro do qual este texto faz parte (ver nota 1) [n. dos tradutores].

<sup>8</sup> A mais notável dessas críticas possivelmente seja a de Monique Wittig, famosa por sua proclamação de que "lésbicas não são mulheres" (1992:32). Veja também Hoagland e Penelope (1998), para outras críticas especificamente lésbicas sobre o feminismo, e Penelope (1990), para uma crítica lésbica da linguagem e da linguística.

Nesta introdução, não pretendemos apresentar e explicar o complexo campo da teoria *queer*, mas discutir alguns dos seus princípios, aqueles que são úteis à linguística e ao estudo da linguagem em seus contextos de produção e, seguindo o caminho contrário, apresentar a contribuição que a linguística fez à teoria *queer*. Em alguns aspectos, a teoria *queer*, com seu interesse pelas forças sociais hegemônicas em vez de falantes individuais – uma posição que herdou do pós-modernismo –, pode ser vista como uma reação à política de identidades do feminismo. *Política de identidades*, um termo comumente aplicado de fora com o propósito de desestabilizar a posição política assim descrita, é baseada no reconhecimento de indivíduos pertencentes a um grupo (tipicamente oprimido): *mulheres, negros, classes populares, deficientes*. Ligada à noção de comunidade baseada na identidade pessoal, e não na associação política, está a crença mais radical que indica que somente as pessoas diretamente envolvidas têm a autoridade para falar pela comunidade; isto quer dizer que gays são quem deve teorizar e combater sua opressão, ao passo que são as lésbicas que devem se posicionar contra sua marginalização. Essa crença, se considerarmos suas consequências lógicas, reduziria o interesse acadêmico (e, incidentalmente, a produção criativa) à observação participante (e autobiográfica).

Uma das críticas mais importantes à política de identidades é a de ser essencialista; ou seja, presume-se que a identidade pessoal é uma categoria não problemática e que todas as relações sociais podem ser derivadas dela. Estudos linguísticos sobre as falas de homens e de mulheres que não levem em consideração outros parâmetros sociais, como classe social, raça, geração, profissão, ou afiliação política, podem ser considerados essencialistas à primeira vista; elaborados com base em uma perspectiva, dentro da política de identidades, que considera gênero como a categoria da qual se originam outros parâmetros sociais como simples subdivisões. No último capítulo de *Man Made Language*, por exemplo, Dale Spender (1980) cita várias críticas feministas que apontam a ausência de representações de mulheres de classes populares e de mulheres negras na literatura: “Mulheres de classes populares, letradas ou não, praticamente não tomam parte no processo de transformação de matéria-prima em literatura” (Glastonbury, 1979:173 apud Spender, 1980:226); “A existência das experiências e da cultura de mulheres negras e os brutais sistemas de opressão que as moldam estão no ‘mundo real’ dos brancos e/ou na consciência masculina sem consideração, invisíveis, desconhecidas” (Smith, 1979:183 apud Spender, 1980:226). Apesar disso,

Spender não faz comentários sobre a ausência de falantes de classes populares e de falantes negros nos estudos linguísticos que a autora discute em seu livro.

Não pretendemos reduzir o feminismo à política de identidades, tendo gênero como a categoria mais saliente, ou mesmo afirmar que a teoria feminista necessariamente prioriza a política de identidades; queremos apenas chamar a atenção para o fato de que a teoria feminista tem sido assim caracterizada e que é, em parte, contra essa categorização que a teoria *queer* se desenvolveu. Obviamente, uma teoria que não é capaz de lançar seu foco sobre as relações entre pessoas do mesmo sexo é tão inadequada para o estudo do discurso de lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros quanto o é uma teoria que somente se interessa pelo discurso homossexual e homosocial, a ponto de excluir a linguagem de homens e mulheres heterossexuais. A primeira será incapaz de analisar as diferenças entre o discurso de indivíduos LGBTT<sup>9</sup> *versus* o discurso de homens e mulheres heterossexuais, ao passo que a última minimizará as diferenças entre gays e lésbicas. Embora possa parecer trivial afirmar que tanto o feminismo quanto a teoria *queer* nos fornecem ferramentas úteis à pesquisa linguística, essa afirmação é, no entanto, verdadeira.

Embora as relações intersubjetivas tenham sido bem teorizadas por linguistas feministas (ver, por exemplo, Coates e Cameron, 1989, ou Eckert e McConnell-Ginet, 1995), a intersubjetividade ainda encontra-se inadequadamente investigada pela teoria *queer*. Judith Butler, que, com Sedgwick, é a teórica *queer* mais importante e a mais citada, considera o *eu* individual que fala como “uma citação do lugar do *eu* no discurso” (1993:225). De acordo com Butler, não há referente para o *eu* que preceda o momento de produção discursiva. Os dêiticos “eu” e “você” *interpelam-se*, para usar o termo de Louis Althusser, que também tem sido amplamente tomado emprestado tanto pelo pós-modernismo quanto pela teoria *queer*. Em outras palavras, ambos *eu* e *você* convidam e produzem a existência do outro termo na díade. Jacques Derrida, filósofo vital do pós-estruturalismo, assevera que não há significado transcendental que possa prender um referente a um significante. Com efeito, ele cunhou o termo *différance* – um trocadilho com o substantivo francês *différence* (diferença), soletrado com um *e* herdado do particípio presente latino (uma etimologia agora opaca para uma parcela significativa de falantes do francês), e o verbo *différer* (diferenciar-se), cujo particípio presente escreve-se *differant*. O neologismo *différance*, cuja origem par-

<sup>9</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais [n. dos tradutores].

ticipial é transparente em sua escrita, enfatiza a natureza contínua do jogo do significante na cadeia de produção de significados, um processo que é visto como infinito, já que, no pensamento de Derrida, o significante não pode “adquirir autoridade representacional” (1976:379). Uma teoria que postula a inexistência de um referente atrás do *eu* será incapaz de lidar com as relações entre grupos de falantes ou seus destinatários e interlocutores. Pelo contrário, essa teoria sobre a linguagem dá prioridade à relação entre palavras, a ponto de excluir virtualmente as relações entre referentes. Falantes são criados e limitados pela iterabilidade (outro termo de Derrida) infinita do discurso. Está-se preso nos limites do dizível.

A linguistas essa afirmação deve parecer não somente errônea, mas também não científica. Em seu trabalho sobre os aspectos linguísticos da tradução, Roman Jakobson demonstrou que qualquer experiência cognitiva pode ser transmitida em qualquer língua existente (1971:264). John Searle, trabalhando com filosofia da linguagem, formulou uma percepção semelhante em seu princípio da expressabilidade: “Tudo o que pode ser significado, pode ser dito” (1969:68). Embora possamos resistir em aceitar as extremas limitações sobre a agentividade individual sugeridas pelo esquema de Derrida, o privilégio dado por esse autor à relação entre significantes – um movimento no qual Roland Barthes, Claude Lévi-Strauss e Michel Foucault (para listar apenas alguns) o precederam – mostra-se uma ferramenta analítica útil se a considerarmos como uma ênfase, e não como um absoluto. A maioria dos enunciados não é única, nunca antes formulada, mas discursos produzidos previamente em situações semelhantes. Recentemente, comunicações em conferências (em encontros acadêmicos tão variados quanto a Modern Language Association e a Kentucky Narrative Conference) têm incluído o termo *ventriloquia* em seus títulos: “O sujeito ventríloquo da narrativa identitária mimética”, por exemplo. Esse fato não indica o reaparecimento de uma arte vocal em extinção; é, na verdade, uma referência à maneira como falantes canalizam falantes anteriores, assim como textos fazem referência intertextual a outros textos que os precederam. Essa iterabilidade aponta para a importância de discursos preexistentes, não somente para o formato final de um enunciado, mas também para sua autoridade como um ato de fala. Imagine uma menina que tenta arrumar seu irmão para ir à escola, ajudando-o com a roupa que sua mãe deixou em uma cadeira, passando para ele o almoço na lancheira que sua mãe preparou e utilizando as mesmas palavras e expressões de sua mãe, como se fossem próprias: “Vamos, apresse-se e arrume-se ou você vai chegar atra-



sado na escola. Seu lerdo”, ela o repreende, assim como faz sua mãe. Seu irmão, ao reconhecer o termo *lerdo* como um dos favoritos de sua mãe, respeita a ordem para “se apressar” como originária de uma autoridade superior e preestabelecida. Derrida e, na mesma direção, Butler argumentam que é o aspecto reportado de um enunciado que o faz ter autoridade. Na formulação de Butler, se um ato de fala performativo tem êxito, é porque “essa ação ecoa ações anteriores e acumula a força de autoridade pela repetição ou citação de um conjunto de práticas de autoridade anteriores à ação” (1993:226-227). Discutiremos a importância dos atos de fala e especialmente da performatividade para a teoria *queer* mais adiante.

Como linguistas, familiarizamo-nos com as propriedades indexicais dos dêiticos que necessariamente ganham seu significado pelo contexto de produção de um enunciado. *Eu* refere-se à pessoa que diz *eu*; *você* é a pessoa endereçada; *aqui* é o lugar de produção do enunciado; *agora* refere-se ao momento de sua produção. Na teoria *queer* pós-moderna inaugurada por Butler, os dêiticos não são mais um conjunto limitado, e a dêixis é por si mesma um princípio constitutivo da linguagem: as palavras não estão significadas em e por si mesmas; esse significado é construído no discurso. Uma vez que o choque inicial causado pela notícia sobre o desaparecimento do referente tenha passado, é possível discernir o aparato teórico que o subjaz. Um princípio chave do pós-modernismo, herdado por Butler, é a extrema relativização linguística e cultural, que encontra sua expressão mais explícita nos escritos de Foucault: “É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade *constituiu-se* no dia em que foi *caracterizada*” (ênfase nossa), escreve Foucault em sua *História da sexualidade* (Foucault, 1990:43). Para ele, é o ato de nomear a *homossexualidade* como tal que institui sua existência. Ele afirma, em outro texto, que os discursos deveriam ser considerados não como simples grupos de signos ou elementos significantes que se referem a conteúdos ou representações, mas sim como “práticas que sistematicamente criam o objeto do qual falam” (Foucault, 1972:49). Quando Butler cita o argumento de que “a categoria ‘sexo’ é o instrumento ou o efeito do ‘sexismo’ [...], que a ‘raça’ é o instrumento e o efeito do ‘racismo’ [...], que o gênero somente existe a serviço do heterossexismo” (1993:123), ela também se refere à ideia de que categorizar cria ou constitui aquilo ao qual esse ato se refere – embora indique que se pode reverter e deslocar os significados usuais de tais termos culturalmente carregados.

Linguistas estarão provavelmente mais confortáveis com o conceito de determinismo linguístico articulado por Edward Sapir e Benjamim Whorf, um

axioma comumente chamado de “a hipótese de Sapir-Whorf”. Em sua versão mais contundente, o determinismo linguístico – uma posição que parece estar mais próxima de Foucault e seus seguidores na teoria *queer* –, a hipótese de Sapir-Whorf estabelece que a língua que falamos determina nossa percepção da realidade. Em sua versão mais branda, a relatividade linguística, afirma que a língua nativa de alguém exerce grande influência sobre sua percepção da realidade. O conceito de relatividade linguística está mais claramente formulado na afirmação de Sapir, na qual o autor repudia crenças sobre a correlação entre a morfologia linguística e o desenvolvimento cultural.

#### *Relatividade linguística*

É uma ilusão imaginar que nos adequamos à realidade essencialmente sem o uso da língua e que a língua é meramente um meio incidental para resolver problemas específicos de comunicação e reflexão. O fato é que o mundo “real” é, em grande medida, inconscientemente construído pelos hábitos linguísticos de um grupo (Sapir, 1929 apud Muhlhausler e Harré, 1990:3).

#### *Determinismo linguístico*

Tais categorias como [...] gênero [...] são sistematicamente elaboradas na língua e não são descobertas na experiência, mas sim impostas sobre ela em função da ligação que a forma linguística tem sobre nossa orientação no mundo (Sapir, 1970:68).

Pode parecer que, enquanto Foucault fala sobre o poder constitutivo do discurso, Sapir está mais preocupado com os níveis lexical e morfossintático da língua, uma distinção que pode ser mapeada na *parole* saussuriana, de um lado, e na *langue*, de outro. No entanto, quando Sapir insiste na importância dos “hábitos linguísticos de um grupo”, a distinção torna-se borrada, e a concepção de Foucault sobre o poder do discurso parece muito semelhante à hipótese de Sapir sobre a centralidade da língua na percepção da realidade.

A versão extrema da hipótese de Sapir-Whorf já foi negada, particularmente, por numerosos estudos comparativos sobre a terminologia cromática em diferentes línguas. Nos anos de 1960, Brent Berlin e Paul Kay demonstraram que, embora as distinções de cores sejam frequentemente codificadas de formas diferentes em línguas diferentes, os termos não são arbitrários, e o espectro cromático não é dividido de maneira aleatória. O espectro cromático é um fato objetivo com propriedades físicas consistentes e identificáveis, assim como a cognição humana; independentemente da língua nativa ou da cultura, abordaríamos o

espectro da mesma forma. Berlin e Kay (1969) demonstraram, por exemplo, que todas as línguas têm dois termos que expressam os conceitos de *preto* e *branco* (ou *escuro* e *claro*). Se a língua também possui um terceiro termo, este será *vermelho*; o quarto e o quinto serão *amarelo* e *verde* (em qualquer ordem); o sexto e sétimo termos serão *azul* e *marrom*. Os próximos termos serão *cinza*, *rosa*, *laranja* e *roxo* (em qualquer ordem). A ausência de um termo específico em uma língua nativa não impede que seu falante distinga as principais divisões do espectro cromático. Embora possa haver uma significativa discordância sobre onde traçar a linha de demarcação entre *azul* e *verde*, por exemplo, falantes têm pouca dificuldade para indicar um *azul típico* ou um *verde típico* e o fazem com notável uniformidade.

Em pesquisa *queer*, o determinismo linguístico ainda parece ser um conceito muito influente, embora acadêmicos familiarizados com o estruturalismo francês e com o pensamento pós-estruturalista – e consideravelmente desinformados sobre a antropologia linguística estadunidense – provavelmente dariam a Foucault os créditos de sua formulação original. Relacionado ao conceito de determinismo linguístico está o trabalho de Benjamin Whorf sobre o leque de termos usados por esquimós para descrever a neve. O argumento de que esquimós (Inuit? Yupik?) descrevem a neve por meio de três, nove, quatro dúzias, cinquenta, cem, duzentas palavras (números tirados de *The Great Eskimo Vocabulary Hoax*, de Geoffrey Pullum, 1991:159-171) pretende mostrar que a existência de uma multiplicidade de itens lexicais dentro de um mesmo campo semântico demonstra a importância cultural de tal campo (um ponto defendido por Hymes, 1964:16). Por outro lado, a ausência de itens lexicais discretos é vista como um índice de que o conceito não existe na cultura sob investigação, como ilustra o exemplo já mencionado aqui sobre o termo *homossexualidade*, que, segundo Foucault, não foi cunhado até o final do século XIX. Sedgwick espirituosamente ironiza essa concepção sobre o poder do léxico: “Relações genitais entre pessoas de mesmo sexo podem ter sido perfeitamente comuns durante o período sob discussão – mas já que não havia termos para descrevê-las, *elas* devem ter sido completamente insignificantes” (1990:52). Uma parcela de linguistas também presumiu que, sem um termo denotativo próprio, provavelmente o conceito não existisse em determinada cultura. Em seu estudo sobre a homossexualidade na língua Maori (falada na Nova Zelândia), L. K. Gluckman postula que “a expressão homossexual era desconhecida na cultura Maori pré-europeia. Na cultura Maori antiga não havia palavra para descrever a sodomia” (apud Hayes,

1978:205). Deve ser observado, contudo, que essa posição seria atípica na linguística contemporânea.

A ironia de Sedgwick levanta uma fraqueza conceitual no socioconstrucionismo, uma perspectiva analítica amplamente usada na teoria *queer*. Se homossexualidade (ou lesbianidade) é construída dentro e pelo seu contexto cultural específico, então o termo não pode ser aplicado a outras culturas ou a outros períodos históricos, na medida em que isso seria alocar uma “essência” homossexual independente da circunstância material. Como temos mostrado em discussões anteriores da priorização de Derrida da relação entre os significantes, para teóricos pós-modernistas e teóricos *queer*, conceitos culturais são profundamente dependentes do discurso no qual estão submersos. O socioconstrucionismo, com sua extrema sensibilidade para o contexto cultural, corre o risco de resumir-se a um circuito lógico restrito, semelhante ao determinismo linguístico, por sua incapacidade de estabelecer paralelos entre as culturas.

A fim de mostrar a falsidade de qualquer asserção de que a estrutura morfológica reflete a cultura de seus falantes, Sapir formulou pela primeira vez o axioma do relativismo cultural e linguístico. Ele pretendia que esse axioma fosse uma advertência contra asserções anteriores de que povos “primitivos” falavam línguas estruturalmente “primitivas”. Com uma preocupação similar com relação à especificidade cultural, respeito pela diversidade de culturas diferentes e receio pela perpetuação da tática de assimilação, que dá conta somente daqueles elementos em outra cultura que correspondem a elementos da cultura do próprio pesquisador, historiadores da teoria *queer* e críticos literários estão distanciando-se das afirmações simplistas da liberação gay das décadas de 1970 e 1980: “Gays têm existido ao longo da história”; “Há lésbicas em qualquer cultura e em qualquer sociedade”. A filósofa lésbica Claudia Card, por exemplo, salienta os problemas de um posicionamento essencialista: “O conceito de ‘cultura lésbica’ [...] parece pressupor que nós podemos extrair cultura lésbica de várias culturas. Essa pressuposição é absurda? Arrogante? Culturalmente imperialista?” (1995: 16).

Em sua discussão sobre a história gay, David Halperin pergunta: “Há uma história da sexualidade?”, ressaltando que “a história da sexualidade, de maneira a qualificar-se como um empreendimento genuinamente histórico, deve lidar com sexualidade não como uma categoria de análise histórica puramente conceitual e, portanto, atemporal, mas como um objeto de escrutínio histórico por definição” (1993: 416). Halperin prossegue para descrever como o sexo na Atenas clássica

não era visto como um empreendimento mútuo, mas como uma ação realizada por um ser socialmente superior (o cidadão masculino adulto) sobre um ser socialmente inferior (menino, mulher, escravo). Desejos eróticos e escolhas de objetos sexuais eram determinadas não pelo sexo anatômico, mas pela “articulação social do poder” (p. 420). Distinções entre homossexuais e heterossexuais tinham pouco significado, Halperin argumenta, porque a distinção entre parceiros e parceiras sexuais não era culturalmente importante comparada às distinções no campo da cidadania.

Notadamente, não se pode estudar o discurso de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros de forma transcultural ou trans-histórica se os termos forem definidos de forma tão culturalmente específica a ponto de tornarem-se não generalizáveis. É nesse aspecto que a noção de performatividade de gênero, articulada por Judith Butler, mostra sua utilidade. Com a teoria da performatividade de gênero, afastamo-nos da construção social de sexualidade para nos direcionarmos à construção discursiva de gênero. Uma vez que este é um ponto importante, faz-se produtivo despendar algum tempo para elaborá-lo. Linguistas não terão problemas em reconhecer o termo *performatividade* como austiniano, ou em vincular sua origem ao pequeno, porém vigoroso, livro de Austin, *Quando dizer é fazer: Palavras e ações*<sup>10</sup> (concebido em 1939, apresentado em Harvard em 1955, publicado pela primeira vez em 1962). Conforme Butler assevera, gênero é performativo porque configura a sua existência por meio de seu próprio pronunciamento feliz. Este pronunciamento é feliz, como podemos retomar a partir do pequeno livro de Austin, se ele for feito dentro das circunstâncias sociais esperadas. Uma cerimônia de casamento será performada com sucesso pela declaração “Eu vos declaro marido e mulher” se o enunciatário for um membro do clero devidamente investido do poder de realizar uma cerimônia de casamento, e se o casal a quem ele declara essas palavras constitui-se de um homem e de uma mulher, não casados com nenhuma outra pessoa, em sã consciência e em idade mínima exigida. A declaração é performativa porque é pelo pronunciamento das palavras que a cerimônia é realizada. “Eu vos declaro marido e mulher” não é um comentário sobre a cerimônia; é a cerimônia em si.

Austin inicia sua discussão sobre performatividade considerando a tradicional constatação, apreciada por positivistas lógicos, e sua verificabilidade, ou

<sup>10</sup> Aqui nos valemos da tradução da obra para o português realizada por Danilo Marcondes de Souza Filho (1990) [n. dos tradutores].

valor de verdade. A constatação clássica “a neve é branca” é descritiva e, como tal, verdadeira ou falsa. Austin introduz a performatividade como uma categoria de elocuições novas e distintas, que não possuem valor de verdade na medida em que não descrevem o mundo, mas agem sobre ele. Para Butler, a cerimônia de casamento não é simplesmente um exemplo entre tantos, mas é central para a “heterossexualização do elo social” (1993:224). A autora cita o pronunciamento “É uma menina”, realizado por uma parteira, como outro performativo semelhante, um pronunciamento que “inicia o processo pelo qual o tornar-se menina é motivado” (p. 232). Performativos agem pela força da citação; “é pela citação da lei que a figura da vontade da autoridade jurídica é produzida [...]; é pela invocação da convenção que o ato de fala da autoridade jurídica [Eu determino que sejas pendurado pelo pescoço até a morte, por exemplo] deduz seu poder de intimação” (p. 225). Nos termos de Austin, é a condição de felicidade que garante o produto satisfatório da declaração performativa que dá à declaração seu *status* de autoridade.

Gênero, então, é tido como performativo porque, como ocorre com a clássica elocução “É uma menina”, elocuições de gênero não são nunca meramente descritivas, mas prescritivas, exigindo que a endereçada aja de acordo com as normas vinculadas a gênero e, além disso, que crie um gênero apropriado em cada ato culturalmente percebido que ela realizar, desde a maneira como penteia seu cabelo até a maneira como caminha, fala ou sorri. Gênero é considerado não simplesmente como se adequando a “palavras para o mundo”, na forma de uma constatação clássica caracterizada pela veracidade ou falsidade, mas, de importantes maneiras, trazendo aquela situação para a realidade sob determinadas condições de felicidade, adequando “o mundo às palavras pronunciadas” (para usar os termos de John Searle, 1979, tomados emprestados de Elizabeth Anscombe).

Butler argumenta que quem enuncia um ato de fala performativo pensa que está somente iniciando uma ação, quando, na verdade, está meramente reproduzindo normas regulatórias (fazendo ventriloquia de atos de fala prévios de falantes anteriores). Para Butler, é o discurso que produz falantes, e não o contrário, porque o performativo é inteligível somente se ele “emerge de um contexto de uma cadeia de convenções afiliadas” (1993). Mesmo atividades como a representação de gênero são reiterativas, pois quem está representando precisa invocar a essência dessas convenções afiliadoras para que o desempenho seja compreensível. Por isso, tais desempenhos deveriam ser analisados não como discursos

inovadores ou como resistência, mas como apropriações focalizadas de normas existentes. Como Butler nos alerta (1993:228), autodeterminação não necessariamente resulta de automeação, uma vez que os nomes têm, eles próprios, sua historicidade, que precede o uso que fazemos deles. Nenhum movimento reclamatório de epítetos pejorativos, tais como sapata, bicha, puto, jamais alcança êxito em erradicar inteiramente a força pejorativa; na verdade, é em parte por causa de sua carga emotiva que somos impelidos a reclamá-los antes de qualquer outra ação. *Drag*, em sua deliberada apropriação exagerada de atributos de gênero, serve para ridicularizar não apenas o desempenho de gênero de quem fala, mas, por implicação, todos os termos do paradigma de gênero, concedendo a nenhum a inocência do natural ou do meramente descritivo. Quando um membro das Irmãs da Indulgência Perpétua conduz uma cerimônia de casamento entre dois gays, ele é acusado pelos membros do Direito Cristão de “levar o santo sacramento à infâmia”, uma acusação que ressalta a fraqueza inerente da instituição da heterossexualidade.

Essas premissas nos fornecem um pano de fundo conceitual para concebermos nossa saída do dilema imposto pelo socioconstrucionismo. Como linguistas, não gostaríamos de confinar nossa pesquisa ao discurso de culturas e períodos históricos tão próximos dos nossos próprios que os termos usados para referir conceitos chave, tais como *sexo*, *gênero*, *homossexualidade*, *lesbianidade*, deem conta mais ou menos do mesmo plano que o nosso próprio. Também não gostaríamos de ser acusadas de assimilação ou incompreensão da especificidade local. Essa incerteza ética parece definir *a priori* qualquer tentativa de uma perspectiva multicultural da fala de gays e lésbicas. Entretanto, se olharmos a ideia por outro ponto de vista e considerarmos *sexo*, *gênero*, *homossexualidade* e *lesbianidade* em nossa própria cultura como conceitos que são performativos ao invés de constataativos (ou descritivos), então começaremos a perceber que qualquer estudo sobre gênero ou sexualidade, sobre a fala de homens, mulheres, gays, lésbicas, transexuais, bissexuais, *hijras*, ou *'yan daudu*, tanto em nosso próprio dialeto quanto na antiga língua Eme-al das mulheres sumerianas, deverá (1) criar seu próprio objeto de estudo e (2) prestar apurada atenção ao momento histórico e à especificidade da comunidade envolvida. O conceito de performatividade aponta tanto para a historicidade dos termos culturais chave quanto para a possibilidade de estranhar-se significados tradicionais. Esse fato também salienta a prática localizada de gênero (performada a cada momento por cada ato culturalmente

reconhecido), uma vez que falantes incorporam ideais locais e dominantes do gênero linguístico em suas “comunidades de prática” (Eckert e McConnell-Ginet, 1995). Gênero, como desempenho reiterativo, tem acesso a uma variedade de *scripts*, nem todos inteligíveis à cultura em geral e alguns possivelmente em conflito com outros.

É hora de trazer a performatividade de volta a sua disciplina de origem. Teóricos culturais têm negligenciado o que consideramos o aspecto mais revolucionário do pequeno livro de Austin, um livro que começa com sua humildade característica: “O que eu tenho a dizer aqui não é nem difícil nem controverso; o único mérito que eu gostaria de assegurar para ele é o mérito de ser verdadeiro, ao menos em parte”. Considerando o enorme interesse contemporâneo na teoria dos atos de fala em geral, e na performatividade em particular, esse humilde início precisa ser deixado de lado tanto quanto o modesto *Modest Proposal*, de Jonathan Swift. Austin visivelmente nos põe a resolver uma pequena anomalia antiga, que se configura como valor de verdade das elocuições na linguagem corriqueira: os atos performativos agem sobre o mundo; eles não simplesmente descrevem o mundo e não são, por conseguinte, verdadeiros ou falsos. Ao longo das próximas 160 páginas<sup>11</sup>, os atos performativos lentamente movem-se por um gráfico imaginário, de uma posição marginal, ocupando apenas um finíssimo filete do território dado de má vontade pelos atos constataivos, para uma posição nova levada para fora do gráfico. Ou seja, conforme esclarece Austin (1975), “afirmar”, o clássico constataivo, “é tanto performar um ato ilocucionário quanto, digamos, advertir ou pronunciar” (1975, p. 134). Com a queda dessa última barreira, atos performativos são promovidos ao nível de ato de fala em si, uma vez que todas as elocuições acabam por ser performativas, das quais os constataivos são apenas uma subseção, ao lado de diretivos ou imperativos. Se até declarações dependem de normas regulatórias para que sejam plenas, a classe de atos de fala performativos abarca muito mais do que o conjunto valorado por teóricos *queer*. Aplicando a mesma extensão à performatividade de gênero, o ato generificado que pode ser reconhecido como inteligível não pode ser reduzido a um conjunto dominante de convenções hegemônicas heterossexuais. Os capítulos do livro<sup>12</sup> buscam revelar convenções de gênero mais localizadas e contradições dentro das próprias normas que, quando manipuladas de modo hábil, podem oportunizar o

<sup>11</sup> Ver nota de tradução 1 [n. dos tradutores].

<sup>12</sup> Ver nota de tradução 1 [n. dos tradutores].



lôcus da mudança. Lésbicas, gays e outros falantes liminares são frequentemente obrigados a tornarem-se adeptos de tal manipulação, dessa forma demonstrando sua compreensão das convenções prevaletentes.

### QUEERLY PHRASED

Esta, então, é a perspectiva teórica que informa a edição deste volume<sup>13</sup>. A fim de demonstrar quais as aplicações práticas que essa perspectiva pode ter, voltamo-nos aos artigos em si. O livro está dividido em três seções: lexicalidade liminar, fala *queer* e manipulação do gênero linguístico. Os artigos na primeira seção focalizam itens lexicais cultural e ideologicamente significados, que denotam identidades sexuais alternativas. Os termos discutidos advêm do francês e do inglês renascentista, como também do japonês, do iídiche, do polari e da língua de sinais norte-americana atuais. Essas línguas denotam comportamento lésbico, gay e bissexual e incluem tanto termos internos usados pela comunidade quanto termos externos usados por heterossexuais e por pessoas que não pertencem a essas comunidades. Lidos como unidade coesa, os artigos nessa seção demonstram que mudanças nas morais sexuais prevaletentes da sociedade como um todo têm grande impacto na percepção de grupos marginais e nos termos usados para descrevê-los. Além disso, os artigos mostram que o grupo de membros tem considerável poder para definir a si próprio, e que essas definições desempenham um papel importante na criação do contexto sexual dos seus momentos históricos específicos. A cada vez em que ocorre um movimento em direção ao politicamente correto na fala, uma proscrição de itens lexicais específicos ofensivos a um grupo em particular, haverá uma contra-ação por parte dos membros desses grupos vistos como marginalizados, objetivando a recuperação dos termos em discussão, devido a sua força afetiva.

Os artigos da seção intitulada fala *queer* discutem estratégias discursivas de gays e lésbicas, perguntando quais características são específicas da fala de gays ou lésbicas e se esses traços devem ser encontrados exclusivamente em tal fala para serem classificados enquanto "gays". Os dados linguísticos foram retirados de uma ampla gama de contextos, incluindo grafite feito por gays em paredes de banheiros, histórias em que gays e lésbicas "saem do armário", histórias de lésbicas em quadrinhos, conversas entre amigas mulheres e gíria homofóbica. O

<sup>13</sup> Ver nota de tradução 1 [n. dos tradutores].

discurso em questão não é apenas o discurso da palavra falada, mas também da língua de sinais, do texto mediado por computador, da linguagem literária e de reportagens de meios de comunicação. Participantes são tanto os surdos quanto os ouvintes, americano-asiáticos, como também participantes australianos e britânicos. A tese implícita dessa seção é a de que, enquanto certos tipos de fala podem de fato ser categorizados como específicos de lésbicas ou de gays, essa caracterização requer o reconhecimento de uma complexa rede de fatores culturais, contextuais e textuais. Um enunciado torna-se tipicamente associado a lésbicas ou gays somente se o ouvinte/leitor entender que era objetivo do falante que o enunciado fosse tomado dessa maneira<sup>14</sup>. Fala *queer* deve, portanto, ser considerada um fenômeno essencialmente intencional, compartilhando algo do eco e da polifonia presentes na estrutura da ironia.

Na seção sobre manipulação de gênero linguístico, o foco distancia-se do discurso de gays ou de lésbicas e aproxima-se dos usos feitos do sistema linguístico de gênero por sujeitos sexualmente ambíguos, tais como transexuais, hermafroditas, *hijras* da Índia, e *'yan daudu* da Nigéria, como também gays parisienses e casais japoneses. Essa seção é crucial para o argumento do livro como um todo. Ela demonstra que, enquanto o sistema de gênero gramatical em diferentes línguas pode reforçar a visão do mundo como inerentemente generificado, o sistema linguístico de gênero também possibilita uma maneira de expressar a relação de alguém com o conceito de gênero. Hermafroditas, por exemplo, forçados na modernidade a declarar “seu verdadeiro sexo”, a despeito da sua anatomia ambígua, são considerados seres anômalos cuja monstruosidade é ressaltada pelo dilema gramatical que vivem. Ao mesmo tempo, sua ambiguidade física e a impossibilidade de se definirem como pertencentes a uma categoria de gênero causam uma fissura intolerável no sistema de gênero, fissura esta que será preenchida com novos e anteriormente impensáveis termos. Os artigos dessa seção enfatizam os aspectos lúdicos do gênero linguístico, demonstrando que falantes podem, de forma consciente, referir-se a si próprios em todos os termos considerados apropriados para o sexo oposto para demonstrar uma falta de afiliação às normas prevaletentes.

<sup>14</sup> A importância do reconhecimento pelo ouvinte da intenção do falante está formulada mais organizadamente e mais notavelmente por H. P. Grice em sua discussão sobre significado<sub>NN</sub> (não natural), um argumento poderoso que Grice, com uma humildade semelhante à de Austin, apresenta ao apontar que “tudo isso é muito óbvio” (1990:78). A teoria da força perlocucionária ou a tomada do falante de Austin (1962) cobre um terreno similar.

A força retórica deste volume prossegue então: inicia em uma anatomização minúscula de itens lexicais particulares que denotam sexualidades marginais. O volume mostra que esses itens não podem ser tomados como dados, mas que seu significado depende de toda uma rede de termos para a sexualidade humana, incluindo *heterossexualidade*, que é revelada como uma construção linguística tal como *homossexualidade*, *monossexualidade* e *bissexualidade* o são. O foco então se amplia para a análise da linguagem no nível discursivo e para a insistência da importância da intenção do falante e da tomada do ouvinte (a força ilocucionária e perlocucionária de qualquer ato de fala). A seção final mostra que o conceito de gênero é em si fluido e insiste na agentividade do falante e no uso consciente da linguagem, revelando que gênero é um processo ao invés de um estado. Com a publicação de *Queerly Phrased*, nós esperamos não apenas estabelecer um lugar na linguística para a teoria *queer* como também encorajar teóricos *queer* a olhar novamente para as raízes linguísticas de muitas das premissas dessa teoria.